

CDV Comercializadora Varejista de Energia Ltda.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	12
1 Contexto operacional.....	12
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais	12
3 Gerenciamento de riscos.....	17
4 Caixa e equivalentes de caixa	19
5 Contas a receber de clientes.....	19
6 Fornecedores.....	19
7 Patrimônio líquido.....	20
8 Receita líquida de vendas.....	20
9 Custos operacionais.....	30
10 Despesas gerais ou administrativas	30
11 Resultado financeiro.....	30
12 Partes relacionadas.....	22
13 Instrumentos financeiros	23
14 Imposto de renda e contribuição social diferidos	24
15 Contingências.....	25



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Cotistas e Administradores da
CDV Comercializadora Varejista de Energia Ltda.
São Paulo (SP)**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CDV Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CDV Comercializadora Varejista de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 04 de abril de 2025, sem modificação.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Barroso Silva Junior'. The signature is written over a faint, light blue grid or watermark.

Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.358	457
Contas a receber de clientes	5	10.903	4.576
Valor justo dos contratos de energia	13	7.723	—
Partes relacionadas - outros créditos	12	1.055	—
Outros créditos		362	128
Total do Ativo Circulante		33.401	5.161
Tributos diferidos	14	—	1.315
Valor justo dos contratos de energia	13	10.123	39.211
Realizável a longo prazo		10.123	40.526
Imobilizado		114	118
		114	118
Total do Ativo Não Circulante		10.237	40.644
Total do Ativo		43.638	45.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CDV Comercializadora Varejista de Energia Ltda.

Balanços Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	6	13.084	6.250
Partes relacionadas - outras contas a pagar	12	9	—
Obrigações fiscais		1.594	432
Imposto de renda e contribuição social		19	—
Obrigações trabalhistas		382	229
Valor justo dos contratos de energia	13	—	13.094
Outras contas a pagar		18	—
Total do Passivo Circulante		15.106	20.005
Valor justo dos contratos de energia	13	155	—
Tributos diferidos	14	4.547	10.475
Total do Passivo Não circulante		4.702	10.475
Total do Passivo		19.808	30.480
Patrimônio líquido	7		
Capital social		20.980	4.000
Reserva de lucros a distribuir		2.850	10.745
Adiantamento para futuro aumento de capital		—	580
Total do Patrimônio Líquido		23.830	15.325
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		43.638	45.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida operacional	8	107.862	31.192
Custos operacionais	9	(109.078)	(31.134)
Prejuízo (Lucro) bruto		(1.217)	58
Despesas gerais ou administrativas	10	(3.524)	(2.572)
Resultado do valor justo de contratos de energia	13	(7.647)	8.027
Perda de crédito esperadas	5	(400)	—
Despesas (Receitas) operacionais		(11.571)	5.455
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		(12.788)	5.513
Receitas financeiras	11	1.066	38
Despesas financeiras	11	(7)	(20)
Resultado financeiro		1.059	18
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	3.834	(1.893)
Prejuízo (Lucro) do exercício		(7.895)	3.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo (Lucro) do exercício	<u>(7.895)</u>	<u>3.638</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>—</u>	<u>—</u>
Resultado abrangente total	<u>(7.895)</u>	<u>3.638</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reservas de lucros a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		4.000	—	9.562	—	—	13.562
Lucro do exercício		—	—	—	—	3.638	3.638
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	—	—	—	580	—	580
Destinação do Lucro							
Dividendos adicionais distribuídos	7	—	—	(2.455)	—	—	(2.455)
Reserva de lucros a distribuir	7	—	—	3.638	—	(3.638)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024		4.000	—	10.745	580	—	15.325
Capital subscrito	7	16.980	(16.980)	—	—	—	—
Capital integralizado	7	—	16.980	—	(580)	—	16.400
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	(7.895)	(7.895)
Absorção de prejuízos	7	—	—	(7.895)	—	7.895	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		20.980	—	2.850	—	—	23.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo (Lucro) do exercício		(7.895)	3.638
Ajustes para:			
Depreciação	10	12	31
Provisão para perdas de créditos	5	400	—
Valor justo dos contratos de energia, líquido do diferido	13	7.647	(8.027)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(3.834)	1.893
Outros		—	5
		(3.670)	(2.460)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(6.727)	(4.262)
Outros créditos		(215)	55
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(1.046)	2.455
Fornecedores		6.834	6.020
Obrigações trabalhistas		153	110
Obrigações fiscais		1.162	377
Outras contas a pagar		18	(2)
		(3.491)	2.293
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(8)	—
		(8)	—
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos a sócios	7	—	(2.455)
Capital integralizado	7	16.400	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	—	580
		16.400	(1.875)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		12.901	418
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	457	39
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	13.358	457
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		12.901	418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A CDV Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("Sociedade"), com sede em São Paulo (SP), foi constituída em 2 de fevereiro de 2018, tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, operacionalizando contratos de compra e venda no âmbito varejista.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Sociedade não apresentava julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **2.8 Valor justo dos contratos de energia e 13 Instrumentos financeiros** – valor justo dos ativos e passivos contratuais: determinar preço futuro da energia comercializada no período de longo prazo; e

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Sociedade classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade não transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Sociedade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas - outros créditos.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade e sua controlada são: fornecedores, outras contas a pagar e partes relacionadas - outras contas a pagar.

2.6 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.7 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço nos países que a Sociedade opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime de lucro real anual, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime de lucro real anual.

2.8 Valor justo dos contratos de energia

A Sociedade possui portfólio de contratos de energia (compra e venda) com o propósito de atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia no âmbito varejista. Para este portfólio, não há compromisso de combinar um contrato de compra com um contrato de venda. A Sociedade possui flexibilidade para gerenciar os contratos da carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Os contratos podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro.

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e são classificados dentro do alcance do CPC 48, portanto são classificados como instrumentos financeiros, registrados na rubrica de valor justo dos contratos de energia, reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, marcados a mercado ao seu valor justo, como contrapartida ao resultado.

A Sociedade possui uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações do valor justo. Para estimativa do valor justo, considera-se as cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, o uso de técnicas de avaliação, que considera preponderantemente:

- Preços estabelecidos nas operações realizadas via plataforma BBCE (Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia) e relatórios divulgados pela DCIDE, projetados no período de disponibilidade;
- Margem de risco no fornecimento; e
- Tipo de fonte de energia.

Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

2.9 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Sociedade reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais são provenientes da venda de energia comercializada. As receitas provenientes da venda de energia são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.10 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Sociedade também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras normas contábeis: não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Sociedade. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco de preço de mercado e volume

A Sociedade está exposta ao risco caracterizado por variações no preço e na demanda de energia, atrelado diretamente à operação de comercialização.

A Sociedade possui Comitê de Comercialização, que realiza reuniões trimestrais, com o objetivo de determinar as políticas e implementação de boas práticas, e a gestão dos riscos de mercados inerentes ao negócio, garantindo que as perdas potenciais não se tornem prejuízos.

O monitoramento da exposição ao risco de mercado para a Sociedade tem como objetivo informar as devidas ações para tomada de decisão e definição de planos de ação, caso necessário.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Sociedade de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Sociedade aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Sociedade é a Casa dos Ventos S.A. ("CDV"), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e sócios. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, a Sociedade restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Sociedade, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Sociedade não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. A Administração da Sociedade monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação.

(iv) Risco de mercado

Risco de Mercado é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nos preços de mercado dos ativos e passivos, incluindo, mas não se limitando a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de commodities e ações. Esse risco impacta diretamente a avaliação de instrumentos financeiros e a exposição econômica da empresa, podendo afetar tanto o valor justo quanto os fluxos de caixa futuros.

A Administração monitora e gerencia sua exposição ao risco de mercado por meio de estratégias de hedge, análise de sensibilidade e modelos de mensuração como Value at Risk (VaR) e testes de estresse, de acordo com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	11.329	Baixa do CDI	11.203	11.081
Efeito no resultado	487		361	239
Aplicações financeiras	2.004	Baixa do CDI	1.891	1.789
Efeito no resultado	395		282	180

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	25	457
Aplicações financeiras	2.004	—
Fundo de investimentos - restritos (a)	11.329	—
Total	13.358	457

- (a) A Sociedade possuía aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a.

5 Contas a receber de clientes

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia – terceiros	8.550	4.576
Venda de energia – partes relacionadas (nota 12)	2.753	—
(-) Perdas de créditos esperadas	(400)	—
Total	10.903	4.576

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade registrou R\$400 como Perdas de crédito esperadas. Essa estimativa foi calculada com base no modelo de perda esperada previsto no CPC 48, refletindo a melhor estimativa da Administração sobre perdas incorridas e futuras na carteira de contas a receber. O saldo concentra-se, majoritariamente, em ativos financeiros com atraso superior a 90 dias, para os quais, após avaliação das condições macroeconômicas e do histórico de inadimplência, a Administração fundamentou a inexistência de expectativa razoável de recuperação.

b. Idade de vencimento do contas a receber

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo a vencer	10.085	4.443
Saldo vencido até 30 dias	445	65
Saldo vencido de 30 a 90 dias	340	61
Saldo vencido de 91 a 180 dias	239	7
Saldo vencido a partir de 181 dias	194	—
Perdas de créditos esperadas	(400)	—
Total	10.903	4.576

6 Fornecedores

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Compra de energia – terceiros	4.666	6.250
Compra de energia – partes relacionadas (nota 12)	8.418	—
Total	13.084	6.250

7 Patrimônio Líquido

O capital social integralizado é de R\$20.980 em 31 de dezembro de 2025 (R\$4.000 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 20.980.000 quotas, conforme composição a seguir:

Sócios	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Quotas	(%) Capital	(R\$) Valor	Quotas
América Holding Participações S.A.	—	—	—	100,00%	4.000	1
Casa dos Ventos Comercializadora de Energias S.A.	100,00%	20.980	20.980.000	—	—	—
Total	100,00%	20.980	20.980.000	100,00%	4.000	1

Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2024, a América Holding Participações S.A. realizou aportes mediante adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$580.

Movimentações de capital entre sócios

Em 11 de julho de 2024, a Casa dos Ventos Comercializadora de Energias S.A. ("CDV Comercializadora") celebrou com a América Holding Participações S.A. o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual a CDV Comercializadora garantiu o direito de adquirir 100% das quotas da Sociedade. Em 27 de janeiro de 2025, a CDV Comercializadora cumpriu os atos pré-fechamento, adquirindo a totalidade do capital social da Sociedade, passando a ser a controladora a partir desta data.

Aumento de capital

Em 26 de agosto de 2025, por meio de AGE, deliberou-se aumento de capital no montante de R\$16.980, com a emissão de 16.980.000 ações ordinárias, sendo R\$580 integralizado mediante baixa do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital em 31 de dezembro de 2024 e R\$16.400 em moeda corrente na mesma data. Com esse aumento, o capital social da Sociedade aumentou de R\$4.000 para R\$20.980 no exercício de 2025.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2024, foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$3.638. Em 31 de dezembro de 2025 a Sociedade apresentou prejuízo no montante de R\$7.895, o qual foi absorvido em conta de reserva de lucros a distribuir.

Dividendos pagos a sócios

Durante o exercício de 2024, a Sociedade realizou pagamentos a título de dividendos no montante de R\$2.455.

8 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	126.580	36.881
PIS e Cofins sobre vendas	(10.965)	(3.179)
ICMS sobre vendas	(7.498)	(2.510)
Vendas canceladas	(255)	—
Total	107.862	31.192

9 Custos operacionais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Energia comprada	(101.303)	(30.243)
Outros custos	(7.775)	(891)
Total	(109.078)	(31.134)

10 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Serviços - pessoa jurídica	(952)	(439)
Tributos e contribuições	(60)	(43)
Despesas com escritórios	(6)	(127)
Depreciação	(12)	(29)
Despesas com pessoal	(2.425)	(1.690)
Outras despesas gerais ou administrativas	(69)	(244)
Total	(3.524)	(2.572)

11 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	882	—
Outras receitas financeiras	184	38
Total	1.066	38
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(4)	(3)
Outras despesas financeiras	(3)	(17)
Total	(7)	(20)
Resultado financeiro	1.059	18

12 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, decorrentes de transações da Sociedade com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2025
Ativo	3.808
Contas a receber de clientes	2.753
Venda de energia (nota 5) (a)	2.753
Partes relacionadas - outros créditos	1.055
Adiantamento de compra de energia	1.055
Passivo	8.427
Partes relacionadas - outras contas a pagar	9
Contas a pagar com sócios	9
Fornecedores	8.418
Compra de energia (a)	8.418
Resultado	(36.308)
Receita líquida de vendas	28.798
Venda de energia (a)	28.798
Custos operacionais	(65.106)
Energia comprada (a)	(65.106)

- (a) A Sociedade possuía operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A. A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Sociedade.

Remuneração da Administração

A remuneração da administração é realizada por meio de pagamentos efetuados diretamente pela Casa dos Ventos S.A., que posteriormente são rateados para suas controladas, incluindo a Sociedade, e registradas como serviços tomados em despesas gerais ou administrativas. Os valores pagos em 31 de dezembro de 2025, podem ser visualizadas nesta mesma nota explicativa, nas demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

13 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	13.358	13.358	457	457
Contas a receber de clientes	10.903	10.903	4.576	4.576
Partes relacionadas - outros créditos	1.055	1.055	—	—
Fornecedores	(13.084)	(13.084)	(6.250)	(6.250)
Partes relacionadas - outras contas a pagar	(9)	(9)	—	—
Outras contas a pagar	(18)	(18)	—	—
Total	12.205	12.205	(1.217)	(1.217)

Os instrumentos financeiros não derivativos estão avaliados ao custo amortizado, não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade não apresentava instrumentos financeiros derivativos.

b. Valor justo dos contratos de energia

A Sociedade opera no ACL e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente (contratos futuros), cujas posições em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são as seguintes:

Valor justo dos contratos de energia	Hierarquia	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	Nível 2	7.723	—
Ativo não circulante	Nível 2	10.123	39.211
Passivo circulante	Nível 2	—	(13.094)
Passivo não circulante	Nível 2	(155)	—
Total		17.691	26.117

Movimentação	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	26.117	17.272
Variação no valor justo dos contratos	(8.426)	8.845
Saldos finais	17.691	26.117
PIS e COFINS diferidos (provisão)	(1.637)	(2.416)
PIS e COFINS diferidos (reversão)	2.416	1.598
Resultado do valor justo dos contratos de energia, líquido do PIS e COFINS diferidos	(7.647)	8.027

O resultado real dos contratos futuros pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando a data base 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Sociedade possuía contratos futuros de energia com vencimento até 2035.

O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado.

c. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Valor justo dos contratos de energia	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação dos ativos e passivos contratuais considera o resultado do valor presente líquido dos pagamentos e recebimentos esperados, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Não aplicável	Não aplicável

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	2.814	(1.392)
Contribuição social	1.020	(501)
Total - impostos diferidos	3.834	(1.893)
Alíquota efetiva (%)	(32,69)%	(34,23)%

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adições (exclusões) temporárias		
Valor justo dos contratos de energia	2.865	(3.007)
PIS e COFINS diferidos sobre valor justo	(265)	278
Diferido sobre provisão de PLR	44	—
Diferido sobre prejuízos fiscais	1.166	—
Outras movimentações temporárias	24	836
Total	3.834	(1.893)

c. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	9.160	6.449
PIS e COFINS diferidos sobre valor justo (provisão)	1.637	2.416
PIS e COFINS diferidos sobre valor justo (reversão)	(2.416)	(1.598)
IRPJ e CSLL diferidos	(3.834)	1.893
Saldos finais	4.547	9.160
Ativo	—	(1.315)
Passivo	4.547	10.475

15 Contingências

A Sociedade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, previdenciária, trabalhista e cível. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos.

Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

A Sociedade revisa suas estimativas e premissas continuamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

* * *